

# ECONOMIA SOLIDÁRIA – CONCEITO, PRÁTICAS E GÊNESE: UMA APRESENTAÇÃO DA TEMÁTICA

*Gildásio Santana Júnior<sup>1</sup>*

## RESUMO

O artigo apresenta a temática da economia solidária, discute sua conceituação, indica algumas das práticas mais características do Brasil e explicita sua gênese. Através de revisão bibliográfica, delinea a temática que tem ocupado diversos espaços com uma intensidade cada vez maior no Brasil. Aponta a necessidade de investigação nesta área e apresenta uma sugestão de referencial teórico para análise do assunto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia solidária. Clube de troca. Associação. Crédito solidário. Economia plural.

## INTRODUÇÃO

O termo economia solidária tem ocupado diversos espaços no período recente com uma intensidade cada vez maior.<sup>2</sup> Seja no ambiente acadêmico, donde várias áreas do conhecimento elegem a economia solidária como objeto de reflexão; seja através das diversas experiências produtivas e, até mesmo, no âmbito institucional com a criação da Secretária Nacional de Economia Solidária (Senaes) do governo federal<sup>3</sup> e outras congêneres nas esferas estadual e municipal.

Do ponto de vista acadêmico a Economia Solidária é uma reflexão nova, começa a ser estudada e analisada recentemente, principalmente por sociólogos, pedagogos, administradores e alguns economistas. Ela é apresentada a partir de várias denominações, economia popular (LISBOA, 1999),<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Mestre em Economia (UFPB). Doutorando em Administração (NPGA/Ufba). Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). E-mail: gildasio@uesb.br

<sup>2</sup> O exagero, e até o oportunismo de algumas apropriações, faz com que o campo da economia solidária corra o risco do processo de banalização e descaracterização.

<sup>3</sup> Esta ação constitui-se como a terceira experiência em nível mundial de institucionalização de ações no campo da Economia Solidária. Anteriormente se tem notícia de um órgão do governo boliviano e da Secretaria de Estado de Economia Solidária do governo francês, durante o Gabinete chefiado por Lionel Jospin.

<sup>4</sup> Lisboa aponta que: “Recentemente alguns economistas e sociólogos (CORAGGIO; LEFT; MARTINEZ; ALIER; NUÑEZ; RAZETO) estão descobrindo a existência de uma outra economia junto aos pobres, denominado-a de Economia Popular. Mas as atividades que dão substrato à EP são muito antigas” (LISBOA, 1999, p. 76).

economia solidária (FRANÇA FILHO 2001, 2002; LAVILLE, 1994; SINGER, 2000, 2002), economia popular e solidária (GAIGER, 1999), economia dos setores populares (KRAYCHETE, 1999), sócio-economia solidária (ARRUDA, 1998). A temática tem atraído um número considerável de pesquisadores de distintas áreas, espalhados por diversas instituições de ensino no Brasil.<sup>5</sup> Entre estas, tem assumido um certo destaque na reflexão e no volume de produção sobre o tema o curso de ciências sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos – RS), as universidades que desenvolvem Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP),<sup>6</sup> a Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (Ufba) através do Núcleo de Estudos sobre Poder Local (Nepol) e a Universidade Católica do Salvador, através do Programa de Economia Popular.

Percebe-se que um conjunto de pesquisadores despertou para a existência de algo diferente da prática capitalista na luta pela sobrevivência e na maneira de agir e reivindicar a transformação da sociedade por parcelas crescentes da população em vários lugares do mundo. No entanto, alguns autores de tradição marxista<sup>7</sup> e a escola neoclássica discordam do papel e da relevância da economia solidária. Os neoclássicos pela superioridade que atestam ao mercado, a propriedade privada e a acumulação capitalista na organização social; assim sendo, categorias como reciprocidade, solidariedade e coletividade não teriam relevância para interpretar e impulsionar a sociedade. Já aqueles marxistas apontam para o caráter marginal e funcional da economia solidária no sistema capitalista.

Apesar de muito da crítica à economia solidária decorrer do tratamento dos termos economia solidária e terceiro setor como algo muito próximo, o que é uma forma inapropriada de tratar a questão, como bem salienta França Filho (2002), considera-se aqui prematuro atribuir qualidades e capacidades a Economia Solidária, como também, é equivocado depreciá-la sem uma devida investigação do fenômeno. Ou seja, o fato de parcelas crescentes da sociedade buscarem a satisfação das suas necessidades em esferas distintas dos espaços capitalistas e produzirem bens e serviços com métodos diferenciados do capitalismo constitui-se em um campo propício e necessário para incursões científicas.

Dessa forma, este artigo tem o objetivo de apresentar a temática da economia solidária, discutindo sua conceituação, apresentando algumas das práticas mais características do Brasil, historicizando sua gênese e sugerindo uma forma de análise para a temática.

## O QUE É ECONOMIA SOLIDÁRIA?

A Economia Solidária trata das formas e maneiras “alternativas” de produzir, consumir e poupar que as pessoas vêm empreendendo para garantir sua sobrevivência a partir de arranjos organizacionais distintos das empresas capitalistas.<sup>8</sup> Conforme França Filho e Laville (2004) esse termo indica a existência de:

<sup>5</sup> Em abril do ano em curso, foi criada a Associação de Pesquisadores em Economia Solidária.

<sup>6</sup> A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) originou-se na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no curso de pós-graduação de engenharia, visando construir atividades autogestionárias a partir de uma metodologia específica. A ITCP trabalha com os setores populares aliados do mercado formal e informal. Hoje a Rede de ITCPs é formada pela: Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Estadual da Bahia, Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Paraná, Fundação São João Del Rei, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Regional de Blumenau, Universidade Católica de Pelotas (GUIMARÃES, 2000).

<sup>7</sup> Por exemplo: Antunes, 1999; Boito Jr., 2003.

<sup>8</sup> As principais características da empresa capitalista são: propriedade privada, heterogestão, apropriação particular dos resultados e tem como objetivos principais as vendas e o lucro. Para isso, ela pressupõe uma relação social de aprofundamento da divisão social do trabalho com potencialização da multilateralização das necessidades e unilateralização da produção. Por arranjos organizacionais distintos da empresa capitalista conceituamos as organizações que se distanciam das características citadas anteriormente.

[...] uma outra economia que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista e associativista, oriundas da sociedade civil e dos meios populares. Tais iniciativas assumem diferentes configurações, desde aquelas que criam o seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias socioprodutivas autônomas e, em alguns casos, fortemente baseadas em relações não-monetarizadas, até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias com os poderes públicos. As formas assumidas por esta economia também variam de acordo com as diferentes regiões e países: de cooperativas de produção e prestação de serviços, passando por bancos populares, clubes de trocas e associações de serviços em países latino-americanos, até as empresas sociais, as sociedades cooperativas de interesse público, as empresas sociais ou sistemas de trocas locais, entre outros, em países europeus (LAVILLE, 2004, p. 15).

França Filho e Laville (2004) afirmam que o termo economia solidária fora forjado concomitantemente em duas realidades distintas ao longo dos anos 90, no Brasil e na França. Aqui surgiu dos trabalhos de Paul Singer e na França através das pesquisas *Jean Louis Laville et Benard Emé*. Através deste termo, aqueles autores visavam dar conta da emergência e desenvolvimento recente de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas sócio-econômicas diversas. Os autores de origem latino-americana tendem a conceituar o fenômeno como Economia Popular; aqueles autores de origem européia, sobretudo francesa, conceituam essas práticas e organizações como Economia Solidária. Todavia, encontramos coincidências nos grupos quanto à origem e a referência teórico-histórica.

## AS PRÁTICAS QUE COMPÕEM A ECONOMIA SOLIDÁRIA

O conceito ou abordagem da economia solidária se manifesta em termos de realidade concreta em diversas organizações no Brasil. Em nosso país, há registro de empreendimentos solidários de diversos tipos: cooperativas populares (Ex: Cooperativa Catende em Pernambuco), associações (Ex: Conjunto Palmeiras no Ceará), sistemas de crédito populares (Ex: Banco do Povo de Belém – PA), empresas autogestionadas e os clubes de troca.<sup>9</sup> A partir destas iniciativas, há uma extensa lista de sujeitos envolvidos com a questão: instâncias governamentais (federal, estadual e municipal), entidades de apoio ou agências de fomento (Cáritas – Igreja, MST, CUT e Universidades) e formas organizativas do próprio movimento (redes, fóruns e Anteg). Como ilustração segue a descrição de algumas dessas experiências.

A Usina Catende, localizada na Zona da Mata pernambucana, compreende mais de dois mil trabalhadores que assumiram em 1995 o controle da massa falida de uma usina de cana, com mais de 20 mil hectares. A partir dos princípios de autogestão e de diversificação produtiva, a Catende tem se tornado um modelo para a região.

Já a Associação de Moradores do Conjunto Palmeira (Asmoconp) foi fundada em 1981, em bairro periférico de Fortaleza – CE, com o objetivo de lutar por água tratada e energia elétrica e outras melhorias para a localidade. Posteriormente amplia sua atuação através de ações voltadas para a geração de trabalho e renda para os moradores do bairro. Com este intuito, em 1998, a associação instala o Banco Palmas dotada de princípios da endogeneização da renda, articulação dos fluxos de

<sup>9</sup> Para ser considerado empreendimento de economia solidária não basta ter o título de cooperativa ou associação, pois sabemos que diversas associações, cooperativas e até ONGs, funcionam com práticas idênticas da organização capitalista, tais como: a heterogestão, falta de transparência, o assalariamento, utilização da competição e a busca incessante de lucros.

demanda e oferta de bens/serviços, princípio de incubação de empreendimentos, disseminados em diversos instrumentos como: microcrédito, cartão de crédito solidário, feira, lojas, compras coletivas, clube de trocas com moedas sociais. Essas iniciativas têm alcançado grande êxito e vêm se constituindo em exemplo a nível nacional de articulação e ação entre o econômico, o político e o social.

O sistema de crédito solidário consiste em canais alternativos de financiamento das experiências da economia solidária, pois o sistema financeiro convencional não demonstra interesse, nem possibilita condições de acesso para os empreendimentos solidários. O que estamos chamando de sistema de crédito solidário congrega um conjunto de iniciativas que vão desde cooperativas de crédito, bancos populares até agências de microcréditos.<sup>10</sup> Todas estas iniciativas estão inclusas na categoria das microfinanças. Em todo mundo há registros de experiências exitosas nesta área (*Grameen Bank* em Bangladesh, o Bancosol da Bolívia etc). No Brasil, destaca-se a Instituição Comunitária de Crédito Portosol, Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (Ceape), Banco da Mulher, diversos Bancos do Povo ligados a governos estaduais e municipais, o Banco do Nordeste através da sua linha de microcrédito (Credi Amigo).

O Banco do Povo de Belém, criado em 1998, é considerado um caso modelo no sistema de crédito solidário. O objetivo do banco é gerar trabalho, emprego, renda e buscar fortalecer a economia popular, valorizando a solidariedade enquanto instrumento de transformação. Oferece linhas de crédito especiais para famílias atendidas pelo programa Bolsa Escola, familiares de presos e egressos do sistema penal, taxistas, mulheres em situação de risco pessoal e social, agricultura familiar e ribeirinha, jovens do programa Meu Primeiro Emprego e ceramistas, entre outros.<sup>11</sup> O crédito popular ofertado se articula com mais dois outros instrumentos: a formação e a organização empreendedora.

Os Clubes de Troca foram inventados mais ou menos ao mesmo tempo no Canadá, e na Argentina, em meados da década de 1980. Os Clubes de Troca reúnem pessoas que têm possibilidades de oferecer bens ou serviços e saberes à venda e precisariam comprar outros bens e serviços, mas não podem fazê-lo, porque para poder comprar têm antes de vender e no seu meio não há quem tenha dinheiro para poder comprar sem ter vendido antes. Em outras palavras, a falta de dinheiro inibe a divisão social do trabalho (BÚRIGO, 2001).

O Clube de troca resolve o impasse pela criação de uma moeda própria, que recebe um nome que em geral exprime a ideologia do clube. Com esta moeda especial os membros do clube começam a comprar bens e serviços uns dos outros. Para facilitar o intercâmbio, os clubes promovem reuniões e feiras de troca periodicamente, nas quais cada membro se apresenta aos demais, descreve o que tem para vender e o que precisa comprar.

Esses clubes já existem, sob diferentes formas, em diversos países desenvolvidos como: Canadá, Estados Unidos, Japão, Austrália, Nova Zelândia, Holanda, França, Espanha, Inglaterra; e em países periféricos, tais como México, Colômbia, Chile, Equador, Tailândia, Indonésia, Uruguai e Argentina. No Brasil tem-se conhecimento da existência de clubes de trocas que utilizam moedas próprias nas cidades de São Paulo (cinco grupos), Rio de Janeiro, Fortaleza, Florianópolis e Porto Alegre<sup>12</sup> (BÚRIGO, 2001).

<sup>10</sup> É necessário registrar que nem todas as experiências de microfinanças constituem-se em economia solidária. É necessário verificar se essas experiências são marcadas por características solidárias listadas em nota anterior.

<sup>11</sup> O trabalho desenvolvido pelo Banco do Povo foi recentemente reconhecido em concurso realizado pela Fundação Getúlio Vargas (SP) e Fundação Ford. Entre 727 inscritos, o Banco do Povo ficou entre os 30 integrantes do Programa Gestão Pública e Cidadania.

<sup>12</sup> Entre 2001 e 2002 realizou-se uma experiência de Clube Trocas em Vitória da Conquista – BA. Tal iniciativa foi fruto de um projeto de extensão do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Sudoeste e do Programa de Economia Popular da Prefeitura de Vitória da Conquista.

Das questões colocadas acima, cabe destacar que a economia solidária enfatiza as relações culturais, a possibilidade de ganho, mas não a lógica da maximização dos mesmos. E sugere um olhar para tais empreendimentos a partir de pilares que não sejam fundadas na lógica gerencialista de eficiência, mesmo manifestando-se em tipos e formas diferentes. Essa diversidade de manifestações do fenômeno está demonstrada no quadro abaixo:

### QUADRO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

<b>INICIATIVAS</b>	Bancos Populares, Clubes de Troca, Cooperativismo Popular, Associações, Empresas Autogestionadas e outros.
<b>INSTÂNCIAS GOVERNAMENTAIS</b>	Secretária Nacional de Economia Solidária, Secretária Estaduais e Municipais de Economia Solidária.
<b>ENTIDADES DE APOIO</b>	Igrejas (Cáritas), Anteag, MST, ITCs, Unitrabalho, ADS/CUT, Universidades.
<b>FÓRUNS</b>	Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Fóruns Estaduais e Municipais de Economia Solidária, Fórum de Gestores em Economia Solidária, Associação Brasileira de Pesquisadores em Economia Solidária.
<b>REDES</b>	Rede de Economia Solidária, Rede de Socioeconomia Solidária etc.

Fonte: Elaboração do autor.

Nessa perspectiva, as práticas de economia solidária, implementadas atualmente no Brasil, têm desenvolvido o exercício da participação, principalmente nos grupos sociais economicamente desfavorecidos, e a busca de atuação, tanto na esfera econômica quanto na esfera política, sendo marcadas também por laços sociais de solidariedade.

Além do que, essas experiências têm desenvolvido um interessante relacionamento com diversas entidades da sociedade civil e com o aparelho estatal. Elas apresentam uma capacidade organizativa que supera a ação local, ultrapassando seu caráter local e apropriando-se das experiências, travando um diálogo e estabelecendo intercâmbios de produtos e serviços com outros grupos nacionais e internacionais.

### A GÊNESE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A visibilidade que o movimento conseguiu no Brasil é fruto de uma intensa agitação que começa no final dos anos oitenta até chegar à constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)<sup>13</sup>, no ano passado. Todavia, a origem da economia solidária remonta desde os primórdios do capitalismo. Podemos relacionar a economia solidária a dois marcos constitutivos do capitalismo, um político e outro econômico/tecnológico: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, respectivamente, sendo que o primeiro marco referencia-se, especificamente, ao contexto francês e o segundo, também especificamente, ao contexto britânico da emergência e afirmação do capitalismo.

Segundo Singer (2002), o nascimento da economia solidária acontece pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão

<sup>13</sup> O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), organização representativa do movimento de Economia solidária, objetiva ser espaço de convergência dos atores e práticas do tema, promover ações que busquem consolidar a Economia Solidária e servir de canal de interlocução com o governo. Ele é fruto da organização dos sujeitos que desenvolve a economia solidária no Brasil e foi instituído numa plenária nacional que contou com a participação de mais de 800 delegados oriundos de 18 estados da federação.

de máquinas e da organização fabril da produção. É a partir de então que se observam diversas formas de contestação ao capitalismo e o estabelecimento de práticas num sentido de dotar os trabalhadores de melhores condições de vida; estas práticas eram orientadas através da auto-gestão e do sistema associativo/cooperativo.

Singer (2002) debita a Robert Owen um papel estratégico no desenvolvimento de práticas contestatórias ao capitalismo. Segundo ele, em meio à ascensão do cooperativismo, o owenismo foi assumido pelo crescente movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora. Dessa forma, aponta Singer, que a ligação entre o movimento cooperativista e a luta de classes conduzida pelos sindicatos, conferia a essa luta uma radicalidade muito maior.

Salienta, também, que os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado. A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação dos assalariados, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão. Além das cooperativas de produção, os seguidores de Owen, segundo Singer, passaram a rejeitar o comércio com lucro e criaram os armazéns de troca, onde os produtos comercializados eram feitos a base de escambo ou com moeda própria.

Atuando na produção, distribuição e consumo dos bens, o cooperativismo se arvora como modo de produção alternativo ao capitalismo, conforme Singer. Para ele, o projeto grandioso de Owen equivalia ao que mais tarde se chamou de República Cooperativa, e Owen propunha não à moda dos utópicos da época aos mecenas para que a patrocinassem, mas ao movimento operário organizado, que ainda estava lutando por seus direitos políticos. Para Singer, foi um curto, mas inolvidável momento da história da Grã-Bretanha e também do cooperativismo, que vai, deste modo, ainda imaturo, à pia batismal da revolução. Mas os empregadores reagiram a essa movimentação, decretando *lock-outs* e demitindo os trabalhadores sindicalizados; com isso conseguindo refrear o movimento e impor derrotas aos cooperativistas/sindicalistas.

Por outra perspectiva, França Filho e Laville (2004) atribuem o nascimento da economia solidária a três movimentos que se cruzam: i) instituição de um espaço público pluricentrado, *locus* de reflexão, de argumentação e discussão de problemas comuns e imediatos que se colocam nas profissões ou nas comunidades; ii) superação dos aspectos corporativistas na prática coletiva dos operários, levando-os a criar as associações, a partir de 1830, na França; iii) retomada da dimensão fraterna do “viver em conjunto” a partir de uma nova noção de solidariedade edificada por Leroux que questionava a caridade, as teorias do contrato social e uma visão organicista de sociedade. Os autores apontam que, com base nestas vertentes, surge o associacionismo, no qual os operários colocam-se, entre outras missões, àquela de intervir na construção da economia.

As experiências francesas são interrompidas, do mesmo modo que as britânicas, pela repressão aos movimentos sociais empreendidos pelos patrões e pelo Estado. Dessa forma, França Filho e Laville (2004) afirmam que tal interrupção representou a separação entre a dimensão política e econômica das associações.

Em função da adoção de algumas práticas do movimento pelo Estado (principalmente a seguridade e assistência aos carentes) e pela repressão, o movimento arrefece e cede lugar para uma economia social que, cada vez mais, tem o Estado como responsável pelo papel da regulação e redistribuição na sociedade.

Com a dominação da economia mercantil, pensada como a única economia portadora de desenvolvimento, a dissociação entre produção e distribuição é ratificada: a produção geradora de excedente fica sob o registro da economia mercantil e a distribuição torna-se sua dependente. Corolário, a economia social como teoria abandona a produção, domínio da economia política, em proveito da distribuição, correndo o risco de ser percebida como “vulgar” (PROCACCI, 1993) e a economia social como prática submete-se à dispersão induzida pelos estatutos diversificados (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 51).

Com o advento do século XX, o Estado, cada vez mais, potencializa-se no desempenho de uma economia social, chegando ao seu ápice nos chamados “anos dourados do capitalismo”, logo após o segundo pós-guerra (1945/1975). No entanto, com o crescente aumento da demanda e a queda das taxas de produtividade, chega-se ao esgotamento do Estado para tal função. Assim, passa-se a assistir a estrutura da economia social definhar e permitir a discussão de pequenas práticas nas áreas de regulação e redistribuição que estão além do Estado e do mercado capitalista.

Todavia, de uma forma geral, podemos indicar duas vertentes para a re-tomada da economia solidária na atualidade: crise de valores e crise do emprego assalariado. A crise de valores desdobra-se em duas questões centrais: a emergência de novas formas de solidariedade e a necessidade de uma alternativa econômica e social. Vejamos cada uma dessas crises:

### **Crise de valores**

Diversos autores apontam que o aprofundamento das características da modernidade gerou uma crise de valores. França Filho e Laville (2004), citando Aglieta (1989), afirma que “o modo impessoal que representa uma sociedade centrada majoritariamente na troca mercantil através da moeda reage sobre a finalidade do indivíduo que pede toda coloração e esgota-se na busca do ter puramente quantitativo”. Continuando, eles concluem que o mal-estar se revela desde os anos 70 através dos protestos que questionam o sucesso da modernidade (padronização da demanda e da oferta; crescimento apenas quantitativo) e reivindicam um caminho diferente para humanidade. Além do que, questionam o papel que o Estado desempenha nas sociedades modernas (seja na sua relação com o mercado; na realização de suas tarefas de forma impessoal, burocratizada e centralizada; na re-apropriação da vida privada e do espaço público e no papel de distribuidor de riquezas). Tal crise de valores se manifesta na emergência de novas formas de solidariedade e pela necessidade de novas alternativas econômicas e sociais.

- **Emergência de novas formas de solidariedade**

A economia solidária emerge, também, do desenvolvimento das chamadas novas formas de solidariedade,

Essas novas formas de solidariedade fazem alusão à iniciativa cidadã, em oposição, simultaneamente, às formas abstratas de solidariedade praticadas historicamente pelo Estado, de um lado, e às formas tradicionais de solidariedade marcadas pelo caráter comunitário de outro. Nesse sentido, segundo nossa hipótese, estamos diante de um fenômeno efetivamente inédito, pois essas experiências não parecem orientar-se segundo o registro de uma sociabilidade típica da *Gemeinschaft* [comunidade], nem pelo princípio comunitário [Tönnies] – ou seja, uma socialidade comunitária [Weber] –, nem tampouco por uma solidariedade mecânica características de

sociedades tradicionais [Durkheim]. De fato, se um tipo de dinâmica comunitária marca essas experiências, sua expressão não parece identificar-se com o registro de um comunitarismo herdado, na medida em que ela emana de um comunitarismo muito mais escolhido como referência coletiva a um bem comum do que imposto pelo costume (FRANÇA FILHO, 2002, p. 13).

Ou seja, uma solidariedade que não é abstrata (solidariedade representada pelo Estado), nem é uma solidariedade herdada (solidariedade proveniente dos laços de sangue, de moradia ou mecânica típica de sociedades tradicionais); trata-se de uma solidariedade que França Filho (2003) chama de solidariedade da iniciativa cidadã (solidariedade muito mais escolhida como referência coletiva a um bem comum do que imposta pelo costume).

- **Necessidade de alternativas econômicas e sociais**

Para Boaventura de Souza Santos e César Rodriguez (2002) a economia solidária emerge como resposta à tarefa de pensar e lutar por alternativas econômicas e sociais que o limiar do século XXI exige.

Uma vez que a globalização neoliberal foi eficazmente posta em causa por múltiplos movimentos e organizações, uma das tarefas urgentes consiste em formular alternativas econômicas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis e que, por isso, dêem conteúdo específico às propostas por uma globalização contra-hegemônica. Em segundo lugar, a reinvenção de formas econômicas alternativas é urgente por que, em contraste com os séculos XIX e XX, no início do novo milênio a alternativa sistêmica ao capitalismo representada pelas economias socialistas centralizadas não é viável nem desejável (SANTOS; RODRIGUEZ, 2002, p. 25).

Os autores afirmam que a queda dos sistemas socialistas centralizados criou a oportunidade para recuperar ou inventar alternativas (no plural) que apontem para práticas e formas de sociabilidade anticapitalistas. Eles pontuam que as atuais alternativas são muito menos grandiosas que a do socialismo centralizado, e as teorias que lhes servem de base são menos ambiciosas que a crença na inevitabilidade histórica do socialismo que dominou o debate do marxismo clássico. Esta crise de valores se movimenta contra o legado de uma determinada época e encontra-se e alimenta outra crise.

### **Crise do emprego assalariado**

O emprego na sociedade capitalista tem uma importância central na vida das pessoas, pois é a forma de garantir a subsistência da maioria delas. Não é por outra razão que ausência dele (desemprego) concentra tanta atenção e traz conseqüências consideráveis para as pessoas e para o sistema econômico.

No atual estágio de desenvolvimento do capitalismo assiste-se a uma crise do emprego assalariado, verificada nas distintas sociedades da atualidade; seja por conta do crescimento econômico (substituição de processos produtivos intensivos em mão-de-obra por processos intensivos em capital), seja pela falta de crescimento econômico (quantidade insuficiente de processos produtivos).

Segundo Lisboa (1999), a emergência e persistência do desemprego em nossa sociedade nos conduzem a um verdadeiro paradoxo com terríveis conseqüências psico-sociais:

Hoje nos deparamos com o paradoxo de viver uma sociedade de trabalho sem trabalho. Sociedade de trabalho porque é uma sociedade constituída em torno da ética do trabalho, porque nela o trabalho é o princípio fundamental e organizador da vida – vivemos para trabalhar. É pelo exercício de uma



profissão que as pessoas adquirem identidade social. Mas, cada vez mais, é uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, pois o mercado de trabalho se encolhe como resultado tanto do surgimento de novos padrões de organização produtiva – terceirização, flexibilização, com a conseqüente precarização da relação de trabalho; quanto ao advento de novas tecnologias e conseqüente redução na quantidade de trabalho socialmente necessário.

Essa contradição também é conhecida como o fenômeno do crescimento sem emprego: produz-se cada vez mais com menos trabalho (LISBOA, 1999, p. 56).

Se o aparelho produtivo capitalista repele um número crescente de indivíduos, parte daqueles que ficam desempregados e dos jovens que não conseguem o primeiro emprego, encontram possibilidades de sobrevivência em arranjos produtivos distintos da lógica capitalista. É a presença e persistência do desemprego que contribuem para o desenvolvimento de novos empreendimentos solidários, visando a garantia da subsistência de parcelas crescentes dos habitantes.

Nunes (2003) salienta que a gênese deste processo no Brasil acontece a partir da reflexão sobre experiências de autogestão e programas de geração de emprego e renda, compartilhada entre militantes da Venezuela, México, França, Espanha e Brasil, no final da década de 1980. A continuidade do processo pode ser compreendida a partir da seguinte cronologia:

- 1997 – A Rede Peruana de Economia Solidária (Gresp) realiza o I Simpósio Globalização Internacional de Solidariedade, reunindo em Lima cerca de 200 representantes de organizações populares, de grupos de apoio, de coalizões e de redes de desenvolvimento local de mais de 32 países. Desse encontro sai a **Carta de Lima**, importante documento de referência para atuação e propagação das atividades;
- 1998 – Em Porto Alegre/RS, acontece o Encontro Latino Americano de Cultura e Socioeconomia Solidárias. Mais de 100 pessoas de todo Brasil estiveram juntas com a delegação do México, Peru, Nicarágua, Bolívia, Espanha, Argentina, entre outros. Deste encontro foi gerado o documento **Carta de Porto Alegre** em que conceitos, estratégias e táticas procuraram avançar na organização de uma rede para a região;
- 2000 – A partir do enfoque anterior, acontece o Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias, de 11 a 18 de junho, no município de Mendes/RJ. Naquele momento, foi instaurada a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária e elaborada a **Carta de Mendes**;
- 2001 – Durante o I Fórum Social Mundial é lançada a Rede Global de Socioeconomia Solidária, com a participação de 21 países e o Grupo de Trabalho Brasileiro para Economia Solidária (GT Brasileiro de Economia Solidária), composto de 13 entidades.<sup>14</sup> Ainda em 2001, realiza-se em Quebec o II Encontro Internacional Sobre Globalização da Solidariedade, com a participação de cerca de 300 pessoas de mais de 37 países do Hemisfério Norte e Sul;
- 2002 – Fruto da articulação anterior, o movimento transforma-se na Rede Intercontinental pela Promoção da Economia Social e Solidária.

<sup>14</sup> GT Brasileiro de Economia Solidária tinha o objetivo de animar, coordenar e integrar a discussão sobre economia solidária no Brasil. Ele foi composto por: Rede Brasileira da Socioeconomia Solidária (RBSES), Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Cáritas Brasileira, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), Rede Unitrabalho, Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS/CUT), Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares (Abcred), Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil do Movimento dos Sem Terra (Concrab), e secretarias de economia do Governo do Rio Grande do Sul (1999-2002) e da Prefeitura de Porto Alegre (2000-2004). Esses dois últimos foram posteriormente representados pelo Fórum Nacional de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de Economia Solidária.

- No II Fórum Social Mundial (2002), destaca-se a Conferência sobre Economia Solidária que reuniu mais de duas mil pessoas por cinco horas na PUC/RS.
- O GT Brasileiro consegue articular uma representação da Economia Solidária no governo eleito em 2002;
- 2003 – No III Fórum Social Mundial, a temática Economia Solidária congrega mais de 6.000 pessoas, nas mais de 125 atividades relacionadas com a questão.

Instituição da Secretária Nacional de Economia Solidária (Senaes), alocada no Ministério do Trabalho.

Realização da III Plenária Nacional de Economia Solidária, donde institui-se o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES);

- 2004 – Participação expressiva da temática economia solidária no IV Fórum Social Mundial na Índia.

III Encontro da Rede Brasileira de Socioeconômica Solidária – Guarapari – ES.

Ainda este ano está prevista a realização do I Encontro de Gestores de Política Pública para Economia Solidária e o I Encontro de Empreendimentos Solidários. Também está em curso, através da Senaes: o Plano Nacional de Qualificação para economia solidária e o Mapeamento dos empreendimentos de economia solidária do Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse quadro intenso de ações e de uma trajetória tão diversa, a Economia Solidária adquire atributos peculiares enquanto objeto de pesquisa no tocante a forma interpretativa dos fenômenos e a problemática que constrói, pois indica a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade.

Com isso, a Economia Solidária propõe uma reconceitualização tanto para o econômico como para solidariedade. Para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno, faz-se necessário entender a produção e distribuição de bens e serviços como algo plural como bem assinalou Karl Polanyi, noção que ultrapassa, em muito, à perspectiva de economia ligada exclusivamente a troca mercantil enfatizada pelos neoclássicos. E, também, supera uma visão calcada apenas nos aspectos redistributivos (Estado) trabalhada por algumas visões críticas. A economia solidária, através da noção de economia plural, compreende a produção e distribuição de bens e serviços com base na: troca mercantil, redistribuição, reciprocidade e na domesticidade.

A economia solidária também trabalha com um novo conceito de solidariedade, ou seja, aposta numa ação muito mais escolhida do que uma ênfase na solidariedade herdada por laços de sangue, de território ou de cultura. A solidariedade escolhida nos remete a compreender o outro e a relação que travamos com ele a partir de uma escolha, o que possibilita oportunidade de construção de uma sociabilidade muito mais inclusiva do que as anteriores formas de solidariedade.

A economia solidária também sugere, através das maneiras alternativas de produzir, consumir e poupar, a inscrição da solidariedade no centro da elaboração coletiva de atividades econômicas. Portanto, busca-se – através da noção de economia solidária – uma tentativa de problematização dessas novas práticas organizativas.

Logo, uma primeira preocupação mais ampliada com o tratamento do tema diz respeito ao modo de interpretá-lo. Neste sentido, pelo menos duas grandes possibilidades de compreensão se apresentam ao debate: i) pensá-lo enquanto visão de mundo, conformado numa espécie de filosofia para a ação; ii) precisá-lo como objeto investigativo para as ciências sociais.

Enquanto visão de mundo, o tema de economia solidária costuma ser abordado como projeto organizativo de sociedade. Neste âmbito de discussão as questões postas costumam ter um caráter mais especulativo, tais como: a economia solidária constitui uma alternativa real ao sistema capitalista? A economia solidária está condenada a viver nas franjas do sistema produtivo capitalista? Diante de um contexto de exacerbação do *ethos* capitalista (individualidade, competição, utilitarismo, maximização dos lucros etc.) seria possível não apenas potencializar a economia solidária, mas também expandir e desenvolver as relações assentadas em valores éticos de solidariedade, cooperação e justiça?

Enquanto objeto investigativo das ciências sociais a problematização do tema deve buscar uma característica investigativa e seus desdobramentos devem cumprir um papel mais analítico do objeto de estudo.

Para alguns autores a problematização posta pela economia solidária desenvolve-se a partir de um quadro de referências bem preciso: aquele de uma reflexão sobre as relações entre democracia e economia, que se inspira amplamente nos trabalhos de Karl Polanyi.<sup>15</sup> Outros autores problematizam o tema através da contra-noção de organização como processos de dominação, de acumulação e exploração capitalista desenvolvida por Karl Marx, principalmente a partir do conceito de alienação e da crítica ao trabalho assalariado. Consideramos que a forma mais apropriada para tratamento do tema seja o somatório das duas perspectivas.

Por fim, a temática economia solidária trata-se de uma questão de imensa atualidade, prova disso são os números crescentes de empreendimentos solidários, a quantidade de pessoas congregadas pelo movimento e o processo de institucionalização que se inicia. Sua relevância pode ser atribuída às particularidades teóricas e práticas contidas no objeto que se encontra permeado de peculiaridades, o que possibilita e exige uma forma interpretativa diferenciada. O que demanda esforços e sensibilidade da academia para refletir sobre um assunto de tamanha importância.

## SOLIDARY ECONOMY: CONCEPT, PRACTICES AND GENERATION: A THEMATIC PRESENTATION

In this paper we present the thematic of solidary economy, discuss its concept, indicate some practices that are more characteristic of Brazil, and express its genesis. Through the review of the literature, we describe this thematic that has been intensively discussed in Brazil. The paper points out to the necessity of some research in this area, and presents some theoretical references for further analyses.

**KEY-WORDS:** Solidary economy. Trading club. Association. Solidary credit. Plural economy.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, M. **Socioeconomia solidária:** desenvolvimento de baixo para cima. Rio de Janeiro: Ed. Pacs, 1998.

<sup>15</sup> FRANÇA FILHO; LAVILLE et al.

BOTTO JR, A. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo: Editora Revan, n. 17, 2003.

BÚRIGO, F. L. **Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária**. Florianópolis, 2001. Mimeografado.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise e Dados**, Salvador: SEI, v. 12, n. 1, jul. 2002.

\_\_\_\_\_. A temática da economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública e Empresas, n. 1, v. 37, p. 7-31 jan./fev. 2003.

\_\_\_\_\_; LAVILLE, J-L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. Significados e tendência da economia solidária. **Sindicalismo e Economia Solidária**, São Paulo: CUT, 1999.

GUIMARÃES, G. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: contribuindo para o modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

Kraychete, G. et al. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: Cese/Ucsal, 2000.

LISBOA, A. de M. A emergência das redes de economia popular no Brasil. In: RI; N. M. D. **Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999. p. 55-89.

NUNES, R. E. S. de S. **Sócioeconomia solidária enquanto política pública**. 2003. Monografia (Curso de Especialização Lato Sensu) – Universidade Cândido Mendes, Instituto Universitário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SANTOS, B. S.; RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.